



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO PE nº 013/2014

1. INTRODUÇÃO

1.1. O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela **A FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO – CEPERJ**, com sede na Avenida Carlos Peixoto, 54 Botafogo/RJ torna público que, devidamente autorizada pelo Presidente da Fundação CEPERJ, na forma do disposto no processo administrativo nº **E-01/052/001461/2014**, que no dia, **21/08/2014** às **11h00min** no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos Estaduais nº 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Estadual nº 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, do Decreto Estadual nº 42.063, de 06 de outubro de 2009, do Decreto Estadual nº 42.091, de 27 de outubro de 2009, do Decreto Estadual nº 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do Decreto Estadual nº 41.203, de 03 de março de 2008, da Resolução **SEPLAG** nº 429, de 11 de janeiro de 2011, demais Resoluções editadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

1.2. Poderão participar desta licitação, **exclusivamente**, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – **ME** e **EPP**, assim como o empresário individual e as cooperativas enquadradas no artigo 34, da Lei nº 11.488/07, em conformidade com o que estabelece a Lei Complementar nº 123/06 e ao disposto no artigo 6º, do Decreto Estadual nº 42.063/09.

1.3. A sessão pública de processamento do **Pregão Eletrônico** será realizada no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, no dia e hora indicada no item **3.1** deste edital e conduzida pelo pregoeiro com auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

1.4. As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.5. O edital se encontra disponível nos endereços eletrônicos www.compras.rj.gov.br, e no portal da Fundação CEPERJ www.ceperj.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de uma resma de papel A4, no endereço: Avenida Carlos Peixoto, 54/4º sala 405 **DMAS** Botafogo/RJ.

1.6. Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 02 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no seguinte endereço: Avenida Carlos Peixoto, 54/4º sala 405 **DMAS** Botafogo/RJ, de 10h00min até 17h00min, ou ainda, através do telefone fax (21) 2334-7144.

1.6.1. Caberá ao pregoeiro responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas.

1.7. Os interessados poderão formular impugnações ao presente edital em até 02 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Avenida Carlos Peixoto, 54/4º sala 405 **DMAS** Botafogo/RJ, de 10h00min até 17h00min, ou ainda, através do telefone fax 2334-7144.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

1.7.1. Caberá ao Presidente da Fundação **CEPERJ**, auxiliado pelo pregoeiro, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

1.8. Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimentos serão divulgados mediante nota no endereço eletrônico, www.compras.rj.gov.br, através do número da licitação no portal na parte relacionada a futuras licitações, ficando as empresas interessadas em participar do certame, que não adquiriram o edital no mencionado órgão obrigado a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

2. DO OBJETO E DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

2.1. O objeto do presente **Pregão Eletrônico** é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de locação de veículos para atender ao Projeto **PLANTEQ/2012**, para um período de 02 (dois) meses, especificados e quantificados na forma da **Proposta Detalhe (Anexo 2)**.

2.2. O prazo da execução do serviço será de 02 (dois) meses e deverá ser posterior ao início da vigência do contrato e da publicação do extrato do contrato e da emissão da nota de empenho.

3. DA ABERTURA

3.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio do sistema eletrônico **SIGA**, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases, dirigida pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital, conforme indicado abaixo:

Posição	Dia	Mês	Horário
Início do acolhimento das propostas	12	08	09h00min
Limite de acolhimento das propostas	21	08	10h00min
Data da abertura das propostas	21	08	10h30min
Data da realização do Pregão	21	08	11h00min
Processo nº Administrativo	E-01/052/001461/2014		
Tipo da Licitação	Pregão Eletrônico		
Prazo para impugnação	Até 02 (dois) dias úteis		
Data da publicação	12/08/2014		
Endereço Eletrônico	www.compras.rj.gov.br		
Número da licitação no portal	PE nº 013/2014		

3.2. Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste evento nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. Os recursos necessários à realização do serviço ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária abaixo:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

FONTE: 10

PROGRAMA DE TRABALHO: 12128029234840000

NATUREZA DA DESPESA: 3390.39.13

5. TIPO DE LICITAÇÃO

5.1. O presente **Pregão Eletrônico** reger-se-á pelo tipo **Menor Preço Global** por lote único.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste pregão eletrônico as pessoas físicas ou jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores, mantido pela **SEPLAG**.

6.1.1. Esta licitação é destinada **exclusivamente** às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – **ME** e **EPP**, assim como ao empresário individual e às cooperativas enquadradas no artigo 34, da Lei nº 11.488/07, em conformidade com o que estabelece a **Lei Complementar nº 123/06 (Anexo 5)** artigo 6º, do Decreto Estadual nº 42.063/09.

6.2. Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública Estadual, com as sanções prescritas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, bem como nos incisos **III** e **IV** do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.3. Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

6.3.1. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6.4. Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

7. CREDENCIAMENTO

7.1. Somente poderão participar deste **Pregão Eletrônico** os licitantes devidamente credenciados junto ao sistema eletrônico **SIGA**, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até 03 (três) dias úteis da data de abertura da sessão, conforme previsto no artigo 5º, parágrafo 2º do Decreto Estadual nº 31.864/02.

7.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de código para acesso ao sistema eletrônico **SIGA**.

7.2.1. O licitante obterá o código de acesso ao sistema eletrônico **SIGA**, junto ao endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, clicando na área de Registro de Fornecedores que se encontra na parte do meio do portal e seguindo as orientações de preenchimento. O Portal contém um manual orientando o preenchimento.

7.2.1.1. O licitante deverá preencher algumas telas, digitando informações sobre a empresa, pessoa que irão operar o sistema eletrônico **SIGA** e as famílias de itens que fornece. Após essa digitação o licitante deverá baixar, em local indicado no Portal, um arquivo contendo um Termo de Responsabilidade o qual deverá imprimir e assinar. Junto com esse Termo de Responsabilidade o licitante deverá enviar a documentação requerida para a **SEPLAG**, no endereço informado no Portal.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

7.2.1.2. Após o recebimento da documentação, a **SEPLAG**, através do sistema eletrônico **SIGA**, enviará para o e-mail informado do licitante, a chave de identificação e a senha pessoal e intransferível para acesso as funcionalidades do sistema eletrônico **SIGA**.

7.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à **SEPLAG** ou a Fundação **CEPERJ** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

7.4. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à **SEPLAG**, para imediato bloqueio de acesso.

7.5. O credenciamento do licitante junto ao sistema eletrônico **SIGA** implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao **Pregão Eletrônico**.

8. DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS

8.1. Observado o disposto nos itens **6** e **7** deste edital, a participação neste **Pregão Eletrônico** dar-se-á por meio da conexão do licitante ao sistema eletrônico **SIGA**, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico **SIGA**, no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das propostas, conforme item **3.1** deste edital.

8.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico **SIGA**, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico **SIGA** durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O licitante deverá declarar em campo próprio, no momento do envio da sua proposta de preços, junto ao sistema eletrônico **SIGA**, que:

- a) Cumpre os requisitos previstos na **Lei Complementar nº 123/06 (Anexo 5)**, em especial quanto ao seu artigo 3º, na forma do artigo 2º do Decreto estadual nº 42.063/09;
- b) Cumpre os requisitos de habilitação previstos neste edital;
- c) A proposta está de acordo com as exigências previstas neste edital e que a mesma foi elaborada de forma independente conforme instituído pelo Decreto Estadual nº 43.150/11.

8.5. Em caso de não atendimento do contido no subitem **8.4**, o licitante será desclassificado do certame.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. A Proposta de Preços deverá ser elaborada e enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico **SIGA**, em campo específico, a ser integralmente preenchido.

9.1.1. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

9.1.2. O formulário da **Proposta Detalhe (Anexo 2)**, em sua forma impressa, somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final.

9.1.3. Os documentos anexados durante a inserção da Proposta de Preços (folders, prospectos, declarações, etc.) não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante.

9.1.4. As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofereçam apenas uma marca, um modelo e um preço para cada material constante do objeto desta licitação.

9.1.5. O licitante deverá lançar no sistema eletrônico **SIGA** o valor global do lote.

9.2. A Proposta de Preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

9.2.1. Quando a execução do objeto contratual envolver a prestação de serviços com mão de obra residente, a proposta de preços deverá ser formulada com base na norma coletiva da entidade representativa da respectiva categoria do local da efetiva prestação dos serviços.

9.3. O licitante, cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de **ICMS**, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/03 e Resolução SER nº 047/03, com alteração introduzida pela Resolução SER nº 121/04 sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

9.4. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

9.5. A **Proposta de Preços** deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no edital.

9.6. Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão, conforme disposto no item **3.1**.

9.6.1. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Fundação **CEPERJ**, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A partir do horário previsto no subitem **3.1** deste edital terá início à sessão de abertura do **Pregão Eletrônico**, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico **SIGA**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.1.2. O sistema ficará disponível para a disputa de lances de segunda a sexta feira, no horário de 09h00min as 18h00min e após esse período, será bloqueado para tal finalidade.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

10.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado, as suas regras de aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.

10.3. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema eletrônico **SIGA**. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.4. Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado à identificação do licitante detentor do lance.

10.5. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do **Pregão Eletrônico**, o sistema eletrônico **SIGA** permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.6. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do **Pregão Eletrônico** será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserido em campo próprio sistema eletrônico **SIGA** (chat mensagem), divulgando, com antecedência mínima de 01 (uma) hora, data e hora para a reabertura da sessão.

10.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico **SIGA**, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.7.1. Em caso de erro material, ao licitante será concedida à possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo pregoeiro. Todavia, durante o transcurso do período **randômico** de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

10.7.2. O período **randômico** de disputa somente poderá ser iniciado até às 17h20min, tendo em vista que às 18h00min o sistema eletrônico **SIGA** será bloqueado automaticamente para envio de lances e continuidade da disputa.

10.8. Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de **menor valor**, considerando-se o valor considerando-se o valor estimado para a contratação e o disposto no item **9.5**.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. O julgamento obedecerá ao critério de **menor preço global**, na forma do item **5.1**. Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço global, observadas as regras deste edital.

11.1.1. No momento da apresentação da proposta vencedora, considerando o valor do preço total de cada item, a mesma deverá ser apresentada com, no máximo, 02 (duas) casas após a vírgula.

11.1.2. As ofertas dos licitantes não poderão ultrapassar o limite dos preços unitários de cada item do lote, conforme apurados pela Fundação **CEPERJ** e consignados na Planilha Estimativa de Quantitativo e Preços Unitários (Anexo 2) do edital, sob pena de desclassificação da proposta de preços, ainda que esta consigne o menor global do lote.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

11.2. O sistema eletrônico **SIGA** informará o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, cabendo decisão, pelo pregoeiro, acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando à sua redução.

11.3. O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas de preços e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá consoante o critério estabelecido pelo parágrafo 2º, do artigo 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e se este prevalecer, deverá ser realizado, em seguida, um sorteio, em sessão pública a ser designada, para a qual todos os licitantes serão convocados.

11.4. Se a Proposta de Preços ou o lance de **menor valor global** não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

11.4.1. Ocorrendo a situação a que se referem os subitens **10.8** e **11.4** deste edital, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido **melhor preço**.

11.5. O sistema gerará ata circunstanciada, da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br.

11.6. A critério do pregoeiro poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das Propostas de Preços.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Regras Gerais

12.1.1. Efetuados os procedimentos previstos no item **11** deste edital, o licitante detentor da **Proposta de Preços** ou do lance de **menor valor** deverá encaminhar para o seguinte endereço: Avenida Carlos Peixoto, 54/4º sala 405 **DMAS** Botafogo Rio de Janeiro/RJ, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública:

a) a documentação de habilitação prevista no item **12.2** a **12.6**;

b) a proposta de preços relativa ao valor arrematado, inclusive, se for o caso, detalhando a planilha de custos, observado o disposto no subitem **11.1.1**.

12.1.2. Constatado o atendimento das exigências previstas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pelo Presidente da Fundação **CEPERJ** na hipótese de existência de recursos.

12.1.3. Se o licitante desatender às exigências previstas no item **12**, o pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

12.1.4. O Certificado de Registro Cadastral do Estado – **CRC**, mantido pela Subsecretaria de Recursos Logísticos – **SUBLO**, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - **SEPLAG** poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens **12.2.1**; **12.3.1**; **12.4.1** e **12.6**.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

12.1.4.1. Os licitantes deverão, ainda, apresentar os documentos de qualificação técnica previstos no item **12.5** e os de qualificação econômico-financeira previstos no subitem **12.4** que não são exigidos para a concessão do CRC.

12.1.5. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Habilitação Jurídica.

12.2.1. Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos: **na mesma ordem:**

- a) Cédula de identidade e **CPF** dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1039 a 1092, deverá mencionar, no contrato social, por força do artigo 997, inciso **VI**, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa;

12.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

12.3.1. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante com a apresentação das seguintes Certidões:
 - c1) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito Negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), da sede do licitante.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

c2) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da respectiva Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeito de Negativa, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de Inscrição Estadual;

c2.1) Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa para fins de licitação expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de Inscrição Estadual.

c3) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio da Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo de Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de Inscrição Municipal.

d) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva, com efeito, Negativo referente à contribuição previdenciária e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (**RFB**) da sede do licitante.

e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**).

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) ou da Certidão Positiva de Débito Trabalhista com os mesmos efeitos da **CNDT**.

12.3.2. Não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação de habilitação, uma vez que se trata de licitação exclusiva para as pessoas indicadas no item **1.2**, mesmo com restrição, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito da assinatura do contrato, caso se sagre vencedora da licitação, na forma do artigo 43 da **Lei Complementar nº 123/06**.

12.3.2.2. Caso a documentação apresentada contenha alguma restrição será **concedido** o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame (no momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do Débito, e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas que tenham efeito Negativo.

12.3.2.3. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

12.3.2.4. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no artigo 81, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.4. Qualificação Econômico Financeira

12.4.1. Deverão ser apresentadas Certidões Negativas de Falências e recuperação judicial expedida pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as Certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir Certidões Negativas de Falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

12.4.1.1. As Certidões comprobatórias do atendimento ao disposto no item **12.4.1**, quando emitidas no Município do Rio de Janeiro, serão as dos **1º, 2º, 3º e 4º** Ofícios do Registro de Distribuição.

12.5. Qualificação Técnica

12.5.1. Para fins de comprovação de qualificação técnica, regras previstas no artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, deverá ser apresentado atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, quando for o caso, que comprove aptidão pertinente e compatível com o objeto da licitação deste **Pregão Eletrônico**.

12.6. Declaração relativa ao Cumprimento do artigo 7º, Inciso XXXIII da Constituição Federal (Anexo 3)

12.6.1. Os licitantes deverão apresentar declaração, na forma do (**Anexo 3**) de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16 (dezesesseis) anos, na forma do **artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal**.

12.7. Do Prazo de Validade das Certidões

12.7.1. As Certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

13. DAS COOPERATIVAS

13.1. Será admitida a participação de cooperativas que atendam, conforme o caso, as exigências do item 12 deste **Pregão Eletrônico**, no que couber, e apresentem, no envelope de habilitação os seguintes documentos:

- I** - Ata de fundação;
- II** - Estatuto (com ata da assembleia de aprovação);
- III** - Regimento interno (com ata da aprovação);
- IV** - Regimento dos fundos (com ata de aprovação);
- V** - Edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;
- VI** - Registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;
- VII** - Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;
- VIII** - Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

13.2. Não será admitida participação de cooperativas fornecedoras de mão de obra, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados.

14. DOS RECURSOS

14.1. O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se imediatamente por meio do sistema eletrônico **SIGA**, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração de vencedor pelo pregoeiro expondo os motivos. Na hipótese de ser aceito o recurso, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual período que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao pregoeiro.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

14.2. A falta de manifestação do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor do certame.

14.3. As razões e contrarrazões do recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para Avenida Carlos Peixoto, 54/4º salas 405 **DMAS** Botafogo Rio de Janeiro/RJ, com posterior envio do original, desde que observado, quando a este último, o prazo de 03 (três) dias úteis, contado a partir da declaração de vencedor do certame.

14.4. A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o item **14.1**.

14.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.6. As razões de recursos serão dirigidas ao Presidente da Fundação **CEPERJ**, por intermédio do pregoeiro que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão final.

15. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

15.1. Não sendo interposto recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pelo Presidente da Fundação **CEPERJ**. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Presidente da Fundação **CEPERJ** adjudicará e homologará o procedimento.

15.2. Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Presidente da Fundação **CEPERJ**, o licitante vencedor do certame será comunicado, por escrito, com uma antecedência 24 (vinte e quatro) horas, para assinatura do contrato.

15.3. O vencedor deverá apresentar a **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, (**Anexo 7**), como condição para assinatura do contrato ou para retirada da nota de empenho, na hipótese de inexistir o instrumento contratual.

15.4. Na forma do disposto na **Declaração em Atendimento ao Decreto Estadual nº 33.925/03 (Anexo 4)**, o licitante vencedor deverá apresentar, o mesmo de que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitado ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

- I** - de cem a duzentos empregados, 2% (dois) por cento;
- II** - de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três) por cento;
- III** - de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro) por cento;
- IV** - mais de mil empregados, 5% (cinco) por cento.

15.4.1. A empresa que possuir em seu quadro menos de 100 (cem) empregados está isenta do cumprimento do Decreto supramencionado, devendo, no entanto, apresentar declaração informando a quantidade existente em seu quadro funcional.

15.5. Poderá o ordenador de despesas, a seu critério, encaminhar a declaração apresentada pelo licitante vencedor à Delegacia Regional do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização e cumprimento da legislação relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

15.6. O licitante vencedor deverá demonstrar, mediante declaração a ser apresentada no ato da assinatura do contrato de prestação de serviços, com fornecimento de mão-de-obra, que procede à reserva de 10% (dez por cento) das vagas para pessoas portadoras de deficiência física, conforme determina o artigo 1º do Decreto nº 36.414/04.

15.7. Na hipótese de não atendimento do dispositivo nos subitens **15.3** e **15.4** e **15.6**, poderão ser convocados os demais licitantes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da penalidade a que se refere o artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93 ou das descritas no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02.

15.8. Deixando o adjudicatário de retirar a nota de empenho ou assinar o contrato no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, após a licitação ter retornado à fase de habilitação pelo Presidente da Fundação **CEPERJ**, poderá o pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital.

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente do **BANCO BRADESCO S/A**, cujo número da conta e agência deverá ser informado pelo adjudicatário, no preenchido na **Proposta Detalhe (Anexo 2)**.

16.2. No caso de a **contratada** estar estabelecida em localidade que não possua **BANCO BRADESCO S/A** ou caso verificado pela Fundação **CEPERJ** a impossibilidade de a **contratada**, em razão de negativa expressa do **BANCO BRADESCO S/A**, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Neste caso, eventuais ônus financeiros ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **contratada**.

16.3. A **contratada** deverá encaminhar a fatura para pagamento à Avenida Carlos Peixoto, 54/4º sala 405 **DMAS** Botafogo Rio de Janeiro/RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do **FGTS** e **INSS**.

16.3.1. Se quando da efetivação do pagamento os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao **INSS** e ao **FGTS**, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação dos documentos que atestem a sua regularidade.

16.4. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período do adimplemento de cada parcela.

16.4.1. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes da Fundação **CEPERJ**.

16.5. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

16.6. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário sofrerá a incidência de atualização financeira pelo **IPC** (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – **FIPE**) e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital será feito mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

16.7. O pagamento será realizado mensal, o número de 02 (duas) parcelas, além de outras informações pertinentes.

16.8. O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo **ICMS** 42/09, com a redação conferida pelo Protocolo **ICMS** 85/10, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no parágrafo 1º, alíneas **a**, **b**, **c** e **d**, do artigo 2º da Resolução SER nº 047/03.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

17.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber às seguintes penalidades, que deverá ser graduadas de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

17.2. O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado do Rio de Janeiro, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

17.3. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

17.3.1. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

17.4. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

17.4.1. A advertência e a multa, previstas nas alíneas **a** e **b**, do item **17.1**, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do artigo 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

17.4.2. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea **c**, do item **17.1**, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do artigo 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.

17.4.3. A aplicação da sanção prevista na alínea **d**, do item **17.1**, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

17.5. A multa administrativa, prevista na alínea **b**, do item **17.1**:

- a) Corresponderá ao valor de até 5% (cinco) por cento sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

- b) Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

17.6. A advertência poderá ser aplicada quando a **contratada** não apresentar a documentação exigida nos itens **18.13** e **18.14**, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

17.7. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea **c**, do item **17.1**:

- a) Não poderá ser aplicada em prazo superior a 02 (dois) anos;
- b) Sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- c) Será aplicada, pelo prazo de 01(um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento

17.8. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea **d**, do item **17.1**, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

17.8.1. A reabilitação poderá ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

17.9. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do artigo 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela Fundação **CEPERJ** ou da aplicação das sanções administrativas.

17.10. Se o valor das multas previstas na alínea **b**, do item **17.1**, e no item **17.9**, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

17.11. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

17.12. A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

17.12.1. Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

17.12.2. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

17.12.2.1. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas **a**, **b** e **c**, do item **17.1**, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea **d**, do item **17.1**.

17.12.3. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

17.13. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

17.14. As penalidades previstas no item **17.1** também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

17.14.1. Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

17.15. As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pela Fundação **CEPERJ** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do sistema eletrônico **SIGA**.

17.15.1. Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da **SEPLAG** o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas **c** e **d** do item **17.1**, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

18. DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL, DA SUA ACEITAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

18.1. O objeto da contratação deverá ser executado fielmente, de acordo com este instrumento convocatório, com o Termo de Referência e cronograma de execução, assim como a legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

18.2. A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 03 (três) membros designados pelo Presidente da Fundação **CEPERJ**, conforme ato de nomeação.

18.3. O objeto da contratação será recebido na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão referida; e

b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão constituída na forma acima, no prazo de até 05 (cinco) dias após o recebimento provisório, quando já decorrido o prazo de observação e de vistoria, que comprove o exato cumprimento dos termos contratuais, nos a verificação da qualidade e da quantidade do material.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

18.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto da contratação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do contrato.

18.5. A comissão a que se refere o item **18.2**, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à entrega do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

18.6. Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da Fundação **CEPERJ**, na forma do disposto no parágrafo 3º do artigo 77 do Decreto 3.149/80.

18.7. Em caso de eventual inexecução total ou parcial do objeto, a Comissão não efetuará o recebimento do objeto e fará constar do parecer circunstanciado as pendências verificadas, assinalando prazo para a futura contratada realizar os necessários reparos, o que, desde logo, caracteriza mora da prestação.

18.7.1. O prazo para as correções será de, no máximo, 03 (três) dias úteis, contados do recebimento do relatório circunstanciado acima referido.

18.8. O licitante vencedor, ao participar da licitação, anui com todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

18.9. A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade do futuro contratado, nem o exime de manter fiscalização própria.

18.10. A contratada é responsável por danos causados a Fundação **CEPERJ** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

18.11. A contratada é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a Fundação **CEPERJ**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

18.12. A **contratada** será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

18.13. A **contratada** será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

18.14. A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos itens **18.12** e **18.13** ensejará a imediata expedição de notificação à **contratada**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

18.15. Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

18.16. No caso do item **18.15**, será expedida notificação à **contratada** para apresentar prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 (um) ano.

19. GARANTIA

19.1. Exigir-se-á do licitante vencedor, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo parágrafo 2º, artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93, da ordem de 5% (cinco) por cento do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

19.2. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

19.3. Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo, para que seja mantido o percentual de 25% (vinte e cinco) por cento do valor do contrato.

19.4. Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. É facultada ao pregoeiro ou ao Presidente da Fundação **CEPERJ**, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

20.2. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o artigo 229 da Lei Estadual nº 287/79 c/c o artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

20.3. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

20.4. Na contagem do prazo estabelecido neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

20.5. Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

20.6. Acompanham este edital os seguintes anexos:

Anexo 1	Termo de Referência.
Anexo 2	Proposta Detalhe.
Anexo 3	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII , da C F .
Anexo 4	Modelo de Declaração que dispõe em seus quadros funcionais percentuais mínimos de beneficiários da Previdência Social (Decreto Estadual nº 33.925/03).
Anexo 5	Modelo de Declaração de enquadramento da empresa licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/06).
Anexo 6	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.
Anexo 7	Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
Anexo 8	Minuta do Contrato

20.7. A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.

20.8. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.9 Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no presente edital, o lance é considerado proposta de preços.

20.10 Os casos omissos serão resolvidos pela Presidente da **CEPERJ**, com auxílio do pregoeiro e da equipe de apoio.

20.11. Fica designado o Foro Central da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer controvérsia relativa a este **Pregão Eletrônico** e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2014.

Mauricio Carlos Ribeiro
Presidente da Fundação **CEPERJ**